



**AO NORTE E À ESQUERDA: TRAJETÓRIA DAS MULHERES NEGRAS ELEITAS
PARA A CÂMARA DE BELÉM EM 2020**

**ON THE NORTH AND ON THE LEFT: THE PATH OF BLACK WOMEN ELECTED
TO THE BELÉM CITY COUNCIL IN 2020**

**AL NORTE Y LA IZQUIERDA: EL CAMINO DE LAS MUJERES NEGRAS
ELEGIDAS AL AYUNTAMIENTO DE BELÉM EN 2020**

Rayza Sarmento¹
Maria Dolores Lima da Silva²
Ananda Ridart Ribeiro Duarte³
Tamires Lúcia Pinheiro⁴

Resumo: Este artigo se volta à análise das experiências de mulheres negras eleitas para a Câmara Municipal de Belém no pleito de 2020 por partidos à esquerda do espectro político. Busca-se, a partir dos debates sobre gênero, raça e representação política, compreender as trajetórias das eleitas na maior capital do Norte do país. Metodologicamente, realizamos entrevistas com quatro mulheres (três eleitas e uma suplente), configurando tal conjunto como um estudo de caso, em função de ser o maior número de mulheres negras eleitas historicamente para a casa legislativa. As entrevistas em profundidade foram analisadas a partir de três grandes eixos: a trajetória prévia das legisladoras; a relação com os partidos e a campanha de 2020 atravessada pela pandemia de covid19. A análise demonstra a relação anterior das mulheres com o ativismo político, em especial o estudantil e a influência do feminismo negro na construção política delas, bem como as desigualdades internas e disputas com as legendas para candidaturas.

Palavras-chave: eleição de mulheres negras; representação política; pautas feministas; partidos políticos.

Abstract: This article focuses on the analysis of the experience of black women elected to Belém City Council in the 2020 election by left-wing parties. Based on debates on gender, race and political representation, the aim is to understand the trajectories of those elected in the largest capital in the North of the country. Methodologically, we conducted interviews with four women, configuring this set as a case study, as it is the largest number of black women historically elected to the legislative house. The in-depth interviews were analyzed from three main paths: the previous trajectory of the legislators; the relationship with the parties and the 2020 campaign crossed by the covid19 pandemic. The analysis demonstrates the previous relationship of women with political activism, especially student activism and the influence of black feminism in their political construction, as well as internal inequalities and disputes with the subtitles for candidacies.

¹ Doutora em Ciência Política pela UFMG. Professora da Faculdade de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UFPA. Coordena o GCODES – Grupo de Pesquisa em Gênero, Comunicação, Democracia e Sociedade e é associada ao MARGEM – Grupo de Pesquisa em Democracia e Justiça. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9817-7941>. E-mail: rayzasarmento@gmail.com

² Doutora em Ciência Política pelo IUPERJ. Professora do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UFPA. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0067-5038>. E-mail: mdls@ufpa.br

³ Mestra em Ciência Política pela UFPA. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9950-4783>. E-mail: anandarduarte@gmail.com

⁴ Mestranda em Ciência Política pela UFPA. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4384-3828>. E-mail: tamireslpinheiro@gmail.com

Keywords: election of black women; political representation; feminist agendas; political parties.

Resumen: Este artículo se centra en el análisis de las experiencias de las mujeres negras elegidas para el Ayuntamiento de Belém en las elecciones de 2020 por partidos de izquierda. A partir de debates sobre género, raza y representación política, se busca comprender las trayectorias de los electos en la mayor capital del norte del país. Metodológicamente, realizamos entrevistas a cuatro mujeres, configurando este conjunto como un estudio de caso, ya que es el mayor número de mujeres negras históricamente elegidas a la Cámara Legislativa. Las entrevistas en profundidad se analizaron desde tres caminos principales: la trayectoria previa de los legisladores; la relación con los partidos y la campaña 2020 atravesada por la pandemia covid19. El análisis demuestra la relación previa de la mujer con el activismo político, especialmente el activismo estudiantil y la influencia del feminismo negro en su construcción política, así como las desigualdades internas y las disputas con los subtítulos para las candidaturas.

Palabras clave: elección de mujeres negras; representación política; agendas feministas; partidos políticos.

1 Introdução

O ano de 2020 foi marcado por um aumento substantivo de candidaturas de mulheres negras no Brasil para as câmaras de vereadores. Segundo dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), foram 18.948 candidatas negras em todo o território nacional, 734 no estado do Pará e 113 em Belém. Na capital paraense, elas corresponderam a 3,66% do total de candidatos e 3 das 35 vagas ocupadas no legislativo. Trata-se de um pleito histórico na cidade, com seis mulheres eleitas, o maior número até então ocupando vagas na Câmara Municipal de Belém (CMB), três delas negras e oriundas de partidos de esquerda.

Este texto, apoiado no levantamento de dados oficiais e em entrevistas em profundidade com as eleitas, busca mapear, a partir dos discursos expressos pelas agora legisladoras, como se deu a decisão pela candidatura, a disputa interna ao partido, as pautas do momento eleitoral e a realização de uma campanha política em um contexto atravessado pela pandemia de covid19.

Campos e Machado (2020) e Rios et. al. (2017) alertam para a diminuta produção de trabalhos preocupados com as dimensões de raça e gênero, de forma interseccional, na Ciência Política brasileira. Mais escassas ainda são as pesquisas que avançam com métodos qualitativos para a compreensão do percurso até o sucesso eleitoral das pessoas negras na política institucional. Soma-se a estas ausências estruturais da área de conhecimento a pouca concentração de estudos e pesquisas voltadas aos estados do Norte do país.

Para a compreensão da trajetória das mulheres negras eleitas em Belém em 2020, nos apoiamos nos debates interseccionais sobre raça e gênero, em especial nas teorias feministas da política, a partir da perspectiva de estudo de caso. Metodologicamente, realizamos quatro entrevistas em profundidade com as vereadoras Lívia Duarte e Viviane Reis, do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), e Beatriz Caminha, do Partido dos Trabalhadores (PT). A atual vereadora Nazaré Lima (PSOL) também integra este *corpus* empírico, pois ingressou na CMB como suplente após Reis deixar o posto para assumir a Câmara Federal, a partir da vaga de Edmilson Rodrigues (PSOL), eleito prefeito de Belém no mesmo pleito aqui analisado. Além desta introdução e das considerações, o texto apresenta uma seção dedicada à discussão sobre a

relação teórica entre gênero e política, apresentação da incursão metodológica e análise dos casos.

2 Gênero, raça e política

Documentar e denunciar a sub-representação feminina nos espaços eletivos institucionais se ancora, normativa e praticamente, nos debates feministas que sustentam que essa ausência compromete a pluralidade democrática e torna ainda mais distante a vida em uma sociedade justa. Para fins deste trabalho, entendemos justiça na perspectiva de Nancy Fraser (2008) como paridade de participação. Para a filósofa política, não é possível considerar uma sociedade justa quando ela impede sistematicamente que as pessoas participem das decisões sobre aquilo que lhes afeta. Ao defender a paridade de participação, Fraser (2008) não está se referindo apenas aos processos relativos à política institucional ou formal, mas aos diferentes espaços e formas de vinculação societal que dependem da construção coletiva. Segundo a autora, a justiça requer:

acuerdos sociales que permitan a todos participar como pares en la vida social. Superar a injusticia significa dismantelar los obstáculos institucionalizados que impiden a alguns participar a la par con otros (FRASER, 2008, p. 39).

Em um primeiro momento de sua obra, especialmente nos anos de 1990, com os já clássicos debates com Axel Honneth, Fraser (2008) identificava dois obstáculos para a paridade participativa: a) as estruturas econômicas que geram injustiças distributivas (*maldistribution*) e se ancoram em uma dimensão de classe; e b) o desvalor cultural ou desigualdade de status (*misrecognition*) relativo a padrões simbólicos culturais de preconceito e desrespeito. Para a autora, não se tratava de escolher combater uma ou outra, mas entender a justiça por um paradigma *bidimensional*, como redistribuição e reconhecimento. Na fase posterior de sua obra, Nancy Fraser (2008) adiciona mais uma dimensão, em uma concepção **tridimensional** de justiça — **a política** — definida como:

el escenario en donde se desarrollan las luchas por la distribución y el reconocimiento. Al establecer los criterios de pertenencia social, y al determinar así quién cuenta como miembro, la dimensión política de la justicia especifica el alcance de las otras dos dimensiones (FRASER, 2008, p. 441).

A dimensão política da justiça está ligada às demandas de *representação*, às regras de decisão ou ao que a autora chama de “procedimentos que estruturam os processos públicos de confrontação social” (FRASER, 2008, p. 42). A má representação (*misrepresentation*) ocorre quando sujeitos ou grupos são impedidos de participar paritariamente dos espaços em que decisões sobre suas vidas são tomadas. Nesta dimensão, a autora chama atenção sobretudo para sistemas eleitorais e regras que afastam diversas minorias, como mulheres, negros e pessoas

LGBTQIA+ da disputa política. Embora Fraser não tenha pesquisas diretamente voltadas ao impacto dos desenhos institucionais para maior pluralidade da representação democrática, sua filosofia política é ponto de partida para pensarmos sobre a necessidade do aumento de mulheres - no caso deste artigo, mais mulheres negras - ingressarem nos espaços formais e eletivos de tomada de decisão.

Eleger mais mulheres negras, nessa perspectiva, é possibilitar que demandas dos grupos que representam possam ganhar espaço na seara em que as demais lutas, como as de redistribuição e reconhecimento, nos termos da autora, precisam ser ouvidas e travadas. Nesse sentido, para compreender a baixa eleição de pessoas negras na política brasileira, Campos e Machado (2020, p. 28), na esteira de Anne Philips e Iris Marion Young, defendem que a ausência de negros ou a sobrerrepresentação de pessoas brancas “implica a marginalização de interesses de grupais potenciais” e menosprezam “perspectivas sociais estruturalmente geradas” que são fundamentais para a construção do Estado democrático, para implementação de políticas públicas, dentre outros.

Quando olhamos para os dados sobre mulheres eleitas no Brasil, a urgência de pensar dinâmicas de representação mais justas nos termos de Nancy Fraser torna-se mais evidente. Não se trata de uma compreensão que homogeneíza as mulheres, tampouco que espera, como alertam Campos e Machado (2020), um tipo específico, ingênuo e descritivo de atuação política espelhada, mas que busca romper com o mesmo padrão masculino e branco, economicamente privilegiado e heterossexual predominante nesses espaços. Nesse sentido, concordamos com Biroli (2018, p. 173), que alerta que “a política é atualizada como espaço masculino”. A autora enfatiza que:

a história do espaço público e das instituições políticas modernas é a história da acomodação do ideal de universalidade à exclusão e à marginalização das mulheres e outros grupos sociais subalternizados (BIROLI, 2018, p. 173).

Na Ciência Política brasileira, embora ainda minoritários, os estudos sobre a eleição de mulheres, especialmente a partir de uma perspectiva crítico-feminista (da qual partimos), já são uma preocupação evidente, como destaca Matos (2016). O problema da baixa representação política feminina vem mobilizando esforços mais sistemáticos, sobretudo de pesquisadoras, desde a década de 1990, em estreito diálogo com a primeira versão da lei de cotas (n.9.100/1995) e com os compromissos firmados pelos países na IV Conferência Mundial sobre a Mulher. Os caminhos percorridos pelas estudiosas brasileiras são diversos, mas é possível observar preocupações acentuadas com o que Marques (2021) chama de “carreira parlamentar e os efeitos de conexão eleitoral” e os “padrões de recrutamento e trajetória”, junto deles as identificações acerca das desigualdades internas aos sistemas partidário e eleitoral e os problemas no financiamento de campanha.

Quando observadas a partir de suas trajetórias, os “dois troncos de construção de

capitais e ingresso”, de acordo com Araújo (2010) e Araújo e Borges (2012), das mulheres na política são o capital familiar e a atuação em movimentos sociais e/ou grupos de interesse. Soma-se a elas, segundo a pesquisadora, um capital institucional mais recente, ligado a cargos no executivo. Mais recentemente, Moritz (2019) fala também de três perfis, retoma o capital familiar, a militância e adiciona as *outsiders*, no qual agrupa celebridades, mulheres com destaque profissional e líderes religiosas. Ainda que se tenham poucos estudos voltados para este ponto específico, as dinâmicas familiares são apontadas como uma rota forte da eleição de mulheres. Quando se olha sobretudo as dinâmicas municipais, como a analisada aqui, Moritz (2019) e também Miguel e Queiroz (2006) observaram como elas têm desempenho melhor nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, o que não se explica pela oferta de um número maior de candidaturas. Uma hipótese possível se liga novamente ao capital político familiar herdado, que não pode ser considerado irrelevante para os homens, como mostram Miguel, Marques e Machado (2015), mas que tem sobrepeso para as mulheres.

Para entender o (in)sucesso eleitoral, as pesquisadoras também têm alertado para a importância de olhar com as lentes críticas feministas as dinâmicas partidárias, especialmente para regras informais que se processam em tais organizações (ÁLVARES, 2008; REZENDE, 2017) para a escolha daqueles que são considerados (no masculino) com chances reais de sucesso eleitoral. Como pontua Araújo (2005, p. 196), as mulheres que ingressam na política têm o “desafio de competir com os detentores de mandatos”, com perfis eleitorais já amplamente conhecidos. Soma-se isso à documentada desvantagem no financiamento eleitoral de mulheres e seu impacto decisivo no número de votos (SACCHET; SPECK, 2012), em momento anterior a destinação de pelo menos 30% do fundo eleitoral dos partidos para as candidatas.

Isso se liga ainda ao que Araújo (2005), junto de Norris (2003), diferencia como o uso de estratégias retóricas e estratégias substantivas e efetivas dos partidos para maior inclusão de mulheres. Embora em falas públicas e nos documentos oficiais o discurso das legendas seja favorável, a autora afirma que “para além dos compromissos intencionais, poucos são os partidos brasileiros que implementam ações mais substantivas nesse sentido” (ARAÚJO, 2005, p. 211), com alguma força mais expressiva nos partidos de esquerda, como os analisados neste texto. No plano municipal, ao compreender a eleição de vereadoras em capitais das cinco regiões entre 1996 e 2016, Moritz (2019) também encontra mais eleitas por legendas à esquerda. Todavia, Araújo (2005) sustenta que com o crescente aumento do número de candidaturas femininas, é possível observar a possibilidade de um “efeito contágio”, no qual mesmo partidos conservadores têm encampado a eleição de mais mulheres, sob outras pautas, diferentes daquelas historicamente defendidas pelos movimentos feministas (SARMENTO; ELIAS; MARQUES, 2021).

A partir da crítica feminista da política, defende Marques (2021), a interpretação dessas

“regras do jogo” ganha novos contornos, que se voltam para impactos da estrutura patriarcal, como a divisão sexual do trabalho, que ou as afasta diretamente da política institucional ou as mantém mais distantes dos espaços de liderança e de ascensão dentro das organizações políticas. Nesse sentido, vale lembrar como aponta Sacchet (2009) que a baixa representação institucional contrasta com a vitalidade dos feminismos brasileiros. Na mesma direção, assinalam Rios e colaboradoras (2017), que se trata de um paradoxo democrático:

por que mulheres e negros, agentes tão vigorosos na formação e manutenção de organizações e movimentos sociais, formas políticas relevantes para a conformação democrática no país, são tão poucos nos espaços de representação institucional? (RIOS *et. al*, 2017, p. 42-43)

Nesta pesquisa, observar como se deu, a partir dos discursos das eleitas negras, o jogo eleitoral e as decisões que as levaram à Câmara de Belém em 2020 tem como central uma compreensão interseccional da luta política. Mais do que entender o conceito como um “somatório de opressões”, é preciso, como apontam Collins e Bilge (2021), compreender a interseccionalidade a partir de ideias como a desigualdade social, as relações de poder, o contexto social e a relacionalidade. No caso das eleitas estudadas neste texto, há diversos marcadores da diferença que se cruzam em suas trajetórias - raça, classe, gênero, maternidade, geração - junto da vivência na região amazônica, que se coloca como contexto fundamental. Assim, concordamos com Rios e colaboradoras (2017), para quem:

Do ponto de vista normativo, a diversidade racial e de gênero no espaço institucional da política tem implicações importantes no que toca à quebra de estereótipos fundamentados em visões coloniais do poder (...) Outra implicação importante do pluralismo descritivo da representação é a de criar – e não necessariamente de garantir – condições para que assuntos relevantes em matéria dos direitos das mulheres e dos negros tenham visibilidade nas esferas públicas decisórias, especialmente porque se trata de grupos historicamente sub-representados no sistema político. (RIOS *et. al*, 2017, p. 43)

A seguir apresentamos mais detidamente as escolhas metodológicas que amparam esta discussão e análise das entrevistas com as eleitas; antes, contudo, situamos o contexto da disputa política na capital paraense no cenário contemporâneo.

3 Vereadoras negras de Belém e o pleito de 2020

3.1 Contextualizando a disputa política paraense

No âmbito da disputa majoritária, a eleição de 2020 refletiu o cenário nacional com a influência do bolsonarismo no jogo político da capital paraense. Até a primeira metade da década de 1990, o PMDB dominava a disputa eleitoral do estado do Pará, sendo o ator político mais competitivo, também, nas eleições municipais. Mas uma divergência interna criou uma janela de oportunidade para outros atores políticos partidários, ampliando o campo de

competição política no estado. Nesse contexto, enquanto na disputa estadual o recém criado PSDB⁵ se estabeleceu como o partido que polarizaria com o PT em todas as disputas eleitorais que ocorreram desde meados da década de 1990, no âmbito municipal da capital diversificaram-se as siglas partidárias que encabeçariam o Poder Executivo (BRITO, 2019; SOUZA *et al.*, 2011).

Na disputa eleitoral de 1995, o PT concorreu sozinho e se beneficiou da briga entre os candidatos Elcione Barbalho (PMDB) e Hélio Gueiros (PFL), antigos correligionários que se tornaram ferrenhos opositores⁶. O Partido dos Trabalhadores elegeu para prefeito Edmilson Rodrigues (1997-2000; 2001-2004), que se reelegeu para um segundo mandato, mas não fez seu sucessor. Nas eleições do ano 2000, ele foi eleito pela coligação Frente Belém Popular (PT, PSTU, PCB, PPS, PSB, PV, PCdoB), tendo como vice Ana Júlia Carepa (PT)⁷, mas não tinha maioria de cadeira em apoio ao seu governo, o que atesta maiores dificuldades de governabilidade dentro do perfil institucional baseado em coalizão do sistema político brasileiro (FIGUEIREDO; LIMONGI, 1999; SANTOS, 2003; SILVA, 2012; CAETANO, 2005).

É importante frisar que o PMDB manteve a sua força política na CMB, que passou a ser dividida com outros atores partidários, na medida em que ganharam força a representação do PTB, PSDB e PT. Em 2004, Duciomar Costa (2005-2008; 2009-2012), do PTB⁸, derrotou a candidata Ana Júlia Carepa (PT) apoiado por uma coalizão eleitoral de centro-direita (PTB/PP/PSC/PFL/PRTB/PV/PRP/PSDB/Prona) e se reelegeu para um segundo mandato. Foi sucedido por Zenaldo Coutinho (PSDB) que também exerceu dois mandatos (2013-2016; 2017-2020) derrotando Edmilson Rodrigues, agora com candidato do PSOL, em 2012 e em 2016.

A presença do PSDB como coadjuvante na disputa eleitoral da prefeitura em 2020 e a união do PSOL ao PT, um dos partidos com maior densidade eleitoral na capital, deram vigor à candidatura de esquerda⁹ de Edmilson Rodrigues (PSOL), que se confrontou no segundo turno com o candidato Everaldo Eguchi, do PSL. Em uma competição com 12 candidatos a prefeito os mais votados passaram ao segundo turno com 23,06% e 34,22% dos votos, respectivamente. Mas, no segundo turno, a coligação “Belém de Novas Ideias” (PSOL/PT/PDT/PCdoB/ Rede/UP) venceu a candidatura solo de Eguchi com 51,76% contra 48,24% dos votos válidos.

A inviabilidade do candidato do PMDB, partido do governador, acrescentou um ingrediente à competição entre o bolsonarismo e as forças de oposição. Os ataques do presidente

⁵ Nas eleições de 1994, Almir Gabriel (PSDB) ganhou as eleições para o governo estadual com o apoio do PT e outros partidos de oposição, que se uniram com o intuito de tirar o domínio absoluto do PMDB no estado.

⁶ Hélio Gueiros estava na oposição durante a ditadura militar (MDB) e desde a década de 1980 no PMDB, entretanto, a disputa pela vaga de concorrente ao governo do estado em 1990, que foi ganha por Jader Barbalho, o colocou na oposição. Gueiros foi prefeito de Belém de 1993 a 1996.

⁷ Ana Júlia veio a ser eleita para governadora do estado do Pará em 2006, a única mulher até hoje a ocupar o posto.

⁸ Duciomar Costa passou por vários partidos ao longo de sua carreira política: PSD; PP; PSD; PTB, ganhou notoriedade oferecendo assistência médica à população e ao por utilizar um falso diploma de médico.

⁹ O ex governador do estado Simão Jatene (PSDB) sairia como candidato a sucessor de Zenaldo Coutinho à prefeitura da capital, mas suas contas foram rejeitadas pela Assembleia Legislativa, nesse contexto o PSDB submeteu uma candidata à vice-prefeita junto com o partido Cidadania.

da República aos governos estaduais que não se alinham às suas orientações ideológicas¹⁰ – especialmente à sua política contra as medidas recomendadas pelas autoridades sanitárias para enfrentar a pandemia de Covid19 – tornaram previsível a recomendação de apoio ao candidato do PSOL no segundo turno das eleições.

O exercício do mandato de Edmilson será acompanhado pela onisciência do PMDB, cujo vereador mais votado e com larga experiência assumiu a presidência da Câmara Municipal de Belém. O partido do prefeito é representado por Lívia Duarte (PSOL) na posição de 1ª secretária na Mesa Diretora. Essas posições institucionais são importantes pois é onde a pauta do Legislativo é decidida, podendo bloquear ou acelerar decisões de interesse do Executivo (SANTOS, 2003).

A renovação na Câmara foi de mais de 50% das cadeiras nas eleições de 2020 e das 35 vagas da vereança, 6 cargos, atualmente¹¹, estão ocupadas por mulheres. Apenas uma mulher já teve experiência como vereadora. Carreira e experiência são importantes requisitos para o exercício dos mandatos, facilitando o trânsito na atuação legislativa (BRITO, 2019).

Desde a implementação da política de cotas, foram eleitas para a CMB 19 mulheres, pelos partidos PT, PSOL, MDB, PCdoB, PDT, PATRIOTA, PSD, PRB e PPS. O perfil delas alterna o capital político familiar e a militância em movimentos sociais e partidários, detentoras de capital simbólico e midiático e *outsiders* da política com destaque em suas carreiras profissionais. É diante deste cenário que entendemos ser importante olhar detidamente para as experiências e trajetórias das mulheres negras à esquerda do espectro político que ocupam vagas atualmente na Câmara da capital paraense.

A seguir, explicitamos nosso percurso metodológico.

3.2 Apontamentos metodológicos

A pesquisa desenvolvida para este texto se configura como um estudo de caso, nos termos de Gerring (2019, p. 69), com pequeno número de casos (quatro atrizes políticas) e “altamente focado”, a partir da experiência de partidos de esquerda na maior capital do Norte brasileiro. De acordo com o autor, um caso “representa um fenômeno espacial e temporalmente delimitado de importância teórica” (GERRING, 2019, p.68). Ainda que não seja passível de generalização para uma população maior e similar, o estudo de caso aporta conhecimento sobretudo em áreas e temas em que a pesquisa acadêmica ainda acumula poucos trabalhos, como é o caso da eleição de mulheres negras no Brasil.

Nesse sentido, não trabalhamos com estudo de caso do tipo *causal*, mas *descritivo*, a

¹⁰ Eguchi é delegado da polícia federal e tentou se eleger deputado pelo PSL em 2018, sem êxito. Concorreu tendo um sargento do mesmo partido como vice e repetindo as máximas do bolsonarismo como os bordões de defesa dos “valores da família e da pátria” e contra a corrupção.

¹¹ O TRE-PA ainda deve julgar recursos sobre registros de candidaturas onde se alegam fraudes às determinações da lei de cotas para candidaturas femininas. Caso sejam julgadas procedentes duas mulheres podem perder seus mandatos e das vagas sob juízo mais quatro mandatos femininos podem ser empossados.

forma mais comum, de acordo com Gerring (2019, p. 104) de operacionalizar tal desenho de pesquisa. Ainda que não haja pretensão de estabelecer inferências causais, adotamos as preocupações de Gerring (2019) acerca da seleção dos casos. As características como importância intrínseca do caso, representatividade frente à literatura e ao argumento e a transparência¹² foram amplamente consideradas: trata-se de uma eleição com maior porcentagem de mulheres na Câmara de uma capital pouco estudada de forma singular; dialoga com as preocupações recentes sobre como pessoas negras e diretamente mulheres alçam postos na elite política e é voltado para a compreensão de uma experiência particular, a dos partidos de esquerda.

As entrevistas que constituem nosso corpus empírico foram realizadas por meio de videoconferência durante os meses de março e abril de 2021, com autorização de gravação. Posteriormente, foram transcritas em sua completude. Um quadro síntese com informações coletadas com as participantes da pesquisa encontra-se abaixo, a fim de ilustrar algumas características relevantes do caso aqui analisado. Conforme indicado anteriormente, tratam-se das eleitas Livia Duarte e Viviane Reis, ambas do PSOL, e Beatriz Caminha (PT) e também de Nazaré Lima (PSOL), suplente empossada após o ingresso de Reis como deputada federal.

Quadro 1 – Síntese das informações das vereadoras negras eleitas para CMB 2020

	Beatriz Caminha	Livia Duarte	Nazaré Lima	Viviane Reis
Partido	PT	PSOL	PSOL	PSOL
Idade	21	33	59	29
Raça/cor	Preta	Preta	Preta	Preta
Orientação sexual	Bissexual	Heterossexual	Heterossexual	Bissexual
Maternidade	Não	Sim	Sim	Não
Profissão	Estudante	Estudante	Enfermeira	Fisioterapeuta
Vínculo anterior com movimentos sociais	Sim	Sim	Sim	Sim
Primeira candidatura em 2020	Sim	Sim	Não ¹³	Não ¹⁴

¹² Acerca da transparência, Gerring afirma (p.93) que “os pesquisadores deveriam ser claros sobre como escolheram seus casos e sobre quaisquer mudanças em seu tratamento desses casos enquanto a pesquisa progride”.

¹³ A vereadora já havia sido candidata três vezes, nas eleições de 2012 e 2016 para o cargo de vereadora e nas eleições de 2018 para deputada federal.

¹⁴ A vereadora foi candidata a deputada federal nas eleições de 2018.

Número de votos em 2020	4.874	5.599	4.023	9.654
Financiamento em 2020	R\$ 31.390,67	R\$ 126.447,30	R\$ 149.895,70	R\$ 155.962,25

Fonte: Dados da pesquisa (2020)

3.3 Análise das entrevistas

A análise das trajetórias das mulheres entrevistadas eleitas em 2020 parte de uma perspectiva interpretativista, entendendo este como um caso específico que pode aportar conhecimento às literaturas feminista e de representação de minorias no contexto nacional. Para isso, três eixos guiam a exposição dos resultados: a construção política dessas mulheres e sua relação com os feminismos; a relação com o partido político e efetivamente a campanha eleitoral no contexto pandêmico. Nesse sentido, seguimos a trilha de estudos como os de Araújo (2010), os quais trazem a importância de entrevistas com candidatas/eleitas e também dirigentes partidários para compreensão dos desafios eleitorais e a própria manutenção no cargo. Embora as entrevistadas sejam pessoas públicas e tenham sido apresentadas no quadro síntese, optamos por não identificá-las diretamente nos trechos desta seção, assim informaremos suas falas a partir de letras sem qualquer correspondência com seus nomes.

a) Trajetórias prévias à eleição

As quatro mulheres entrevistadas nesta pesquisa se autodenominam como negras, cursaram ou estão cursando o ensino superior e partilham a atuação prévia em movimentos sociais, de caráter estudantil, profissional ou ligados a associações de bairros e moradores. Elas se enquadram na categoria de militantes ou ativistas, que a literatura sobre carreiras políticas de mulheres vem apontando ser predominante naquelas ligadas à esquerda (MORITZ, 2019). Nas quatro trajetórias, a despeito da diferença etária entre as mulheres, chama a atenção os movimentos estudantis como um ponto importante das descobertas e ativismo político. Junto deles, os movimentos de bairros e ligados também à Igreja Católica são citados por duas das mulheres, conforme os trechos a seguir.

K: Sempre participei em movimento social como um todo, eu participo desde criança praticamente, né, porque quando eu era criança eu já participava de um movimento do bairro e da Igreja, né, mas eu comecei a aprofundar isso quando eu passei a participar do movimento estudantil. Participei durante a minha infância na Igreja do Salesiano do Trabalho, grupo de coroinha, grupo de força missionária, grupo de catequese, oratório, então isso pra mim também são formas de organização. Também são movimentos sociais, né, de outro caráter, não de caráter partidário. Aí depois eu fiz também atividade do bairro né, grupo de dança da cabana, grupo de jovens, né, grupos de culturais. E depois quando eu entrei na universidade, passei a participar do movimento estudantil.

Y: Eu estudei em escola pública a vida inteira (...) E aí eu fiz enfermagem, me formei, fui pro interior, mas antes na faculdade eu já era de movimentos sociais. Eu fui do Movimento de Emaús¹⁵, por muitos anos, movimento da igreja e depois eu fui da formação do primeiro centro acadêmico de enfermagem da UFPA.

A participação no movimento estudantil também é citada pelas vereadoras como um dos caminhos para o entendimento, descoberta sobre a atuação feminista e também da crítica a eles a partir da perspectiva das mulheres negras. A esse respeito, uma das legisladoras cita como a militância colaborou para que a entendesse como uma mulher negra, sobretudo por haver a circulação de um discurso muito comum na capital paraense de Belém ser uma “cidade morena”. De acordo com Conrado *et al.* (2015), ser negro na Amazônia e principalmente no estado do Pará é diferente das outras regiões do país, isso devido ao processo histórico da região que é marcado por metáforas e hipérboles que mascaram a identidade negra através da atribuição do uso da palavra “morena/moreno”. Isso se dá porque até o final do século passado existia um imaginário muito forte de que havia poucos negros na Amazônia e que havia uma predominância de misturas de indígenas e portugueses, negando a negritude presente na região.

Segundo Conrado *et al.* (2015), “a identidade negra no Pará é inevitavelmente marcada pelo confronto com uma metáfora de identidade”, o uso do “moreno” diminui confrontos de diferenças raciais e faz com que as pessoas se sintam integradas na identidade local. Para os autores, o uso do “moreno” é mais que um eufemismo paraense, mas é utilizado como uma “etiqueta” para não ofender.

Em uma sociedade em que a negação do ser negro(a) é marca do processo histórico e cultural, constatando-se um alto grau de baixa estima, a busca de uma identidade alternativa abriu-se como uma possibilidade quase que naturalizada. A ideia do moreno(a) ameniza os confrontos, atenua o sentimento de exclusão e faz com que as pessoas se sintam integradas ao dizerem com ênfase: “Eu sou morena”. Ter consciência da cor preta aponta para uma busca de identidade que não atinge toda a população negra do Pará. Ser moreno torna-se a possibilidade de inserção na sociedade, mediante um pacto silencioso e perverso: eu nego minha cor e você finge que não me vê.” (CONRADO *et al.*, 2015. p. 221).

Diante disso, é possível compreender o porquê do processo de reconhecimento das candidatas com a identificação racial se deu a partir das militâncias políticas, foi o momento de se reconhecer politicamente e de reafirmação da identidade. No estado do Pará, a tentativa do apagamento das pessoas negras e a ascensão do uso do moreno se deu também através de uma investida ideológica pelos meios de comunicação e culturais (músicas, poesias, jornais etc.), dessa forma evitando diferenciações sociais. Essa discussão pode ser observada na fala da vereadora Y, especialmente informando de como o ativismo já na universidade colaborou para entender-se como uma mulher negra.

¹⁵ Movimento de luta pelos direitos da infância e adolescência em Belém. <http://www.movimentodeemaus.org/>

Y: Que na miscigenação que é comum aqui, mas aqui no estado do Pará a gente não costuma chamar as pessoas de negras. (...) Então, ainda que eu visse a diferença de tom de pele, pra minha irmã, pra minha mãe, eu não me identificava como negra porque diziam que eu era morena. (...) Então, essa coisa de eu me identificar como negra, já foi a partir da universidade.

Todas as entrevistadas se identificaram como feministas negras e marcaram suas posições acerca do que entendem sobre/pelo movimento e suas conformações práticas e teóricas. A vereadora Z pontuou criticamente a diversidade dos feminismos, incluindo aqueles de “quem não se diz”, junto da entrevistada Y que enfatizou ser uma “feminista não acadêmica”.

Z: Dentro do debate teórico dos feminismos, né, que são vários, mas nem sempre totalmente norteados pela teoria, acho que a gente tem inclusive um novo debate aí que é esse feminismo que não se diz, né? De quem não se diz, de quem não se identifica, mas dentro das teorias do feminismo, a minha vertente é o feminismo negro.

Y: Eu me digo feminista, mas uma feminista não acadêmica, popular, com aquela linguagem do povo. Porque o que eu observo hoje é um feminismo muito acadêmico, cheio de palavras, que nosso povo não conhece, né? Então, eu trabalho muito com comunidade, de ir pra rua, de conversar com mulheres, em dar palestras de saúde.

Na fala da entrevistada W, é bastante interessante notar traços de um debate que a historiografia feminista já traz. Ela fala de um contato inicial com uma “política mais geral”, que depois criticamente se revela a ela como uma falsa oposição.

W: Eu comecei na verdade naquela época a me interessar pela política dita mais geral, né, que eu entendo que não existe, mas muito mais pelos fatores econômicos, de enfrentamento ao golpe [2016] né, a crise, do que necessariamente uma política de gênero específico. Então, foi depois assim que eu comecei a me entender enquanto uma mulher negra, né, e fui quase que direto pro feminismo negro, não saí de lá mais e foi paralelo, enfim, a minha entrada na universidade. É meio confuso pra mim, na verdade, entender em que momento eu comecei a me entender enquanto feminista negra. Mas meu contato primeiro foi com a política do (*cita o nome do partido*) digamos assim. Do projeto político do (partido), mas do geral assim né, não passando pela minha existência.

À exceção de uma das mulheres, o grupo de entrevistadas é composto por mulheres jovens, que acompanharam em seu desenvolvimento pessoal a popularização do feminismo e o papel fundamental das mulheres negras nos embates e conquistas recentes na sociedade brasileira. A entrevistada K cita como os anos de 2010 é uma década para a compreensão do transbordamento dos debates feministas para a sociedade - “com a Primavera Feminista de 2015, que eu acredito que também é um marco histórico que tem que ser destacado e que nós mulheres ali começamos a nos mobilizar muito mais” (K). A política fala ainda da inspiração anterior em mulheres mesmo antes da compreensão do feminismo “enquanto significado”.

K: Acredito que a própria questão do feminismo se popularizar mais é

recente, né. Então assim, com certeza muitas de nós não fomos criadas para ser feministas, nós fomos criadas em um novo, um formato diferente de educação, mas que eu acredito que, a questão do feminismo, né, enquanto significado, enquanto teoria veio mais após mesmo a inserção na universidade. Mas antes disso, né, a gente já tinha formas de se enxergar enquanto mulher na sociedade, né, enquanto feminismo, enquanto referência nas mulheres que atravessam nossa vida, que constroem conosco, né. Eu sempre fui muito ligada à minha mãe e ligada a muitas outras mulheres que eram referências pra mim, então indiretamente a gente já tinha essa questão de me referenciar em mulheres, de buscar pensar a sociedade a partir de uma visão enquanto uma mulher. Mas o feminismo mesmo, enquanto movimento, enquanto organização, ele vem mesmo na minha vida a partir do movimento estudantil (...)

A ênfase também em uma dinâmica de atuação coletiva e não individual, que marca as teóricas do feminismo negro (RIOS; MACIEL, 2018), é trazida pelas eleitas de forma contundente.

K: esse é um aspecto importante, né, não da pra se intitular feminista sem construção coletiva, né. Não tem como dizer “ah, eu sou feminista mas vou ficar aqui no meu e pronto”, não. A gente precisa construir coletivamente (...) Que a gente pudesse dar espaço a margem, de enxergar que não era apenas, que o feminismo não era apenas a auto-organização, os debates, os movimentos, as formações, as atuações em relação às outras mulheres, mas é muito mais amplo que isso né, o feminismo era uma necessidade de transformar as estruturas sociais.

Como é possível notar a partir dos discursos, o ativismo coletivo e a compreensão crítica sobre gênero e raça atravessa diretamente a formação e as pautas que serão encampadas por essas mulheres. Nesse sentido, pesquisas posteriores poderão indicar se essa trajetória ancorada em uma militância progressista prévia poderá impactar nos projetos de lei e nos embates no interior da casa legislativa, já no momento pós-eleitoral.

b) A campanha de 2020

Além dos desafios estruturais que acompanham as mulheres negras na política, o pleito de 2020 foi marcado pela vivência da pandemia de covid19. O perigo iminente de contágio, a preocupação com saúde das candidatas, apoiadores e população em geral provocou mudanças na forma de encontro com os possíveis eleitores.

Acerca dos temas que atravessaram as candidatas, todas mencionam que as identidades como mulheres negras foram expressas nos programas de campanha, na forma como comunicavam suas pautas. As entrevistadas Z e W citam como a marcação dessa existência, a partir dos corpos negros no espaço público, se articula com um projeto de demonstrar que esse lugar pode ser reivindicado por todos.

Z: minha campanha foi uma campanha feita por uma mulher preta, mãe feminista, socialista, tá? Então, os focos foram bastante tocados a partir do meu perfil, né? Pra uma campanha muito voltada pra maternidade, né, pra política que é a maternidade, pra o sistema político que envolve a maternidade e que nos imbuí de ser esses seres da criação de outros seres, né?

E que também deseduca os homens a ser. Então foi uma campanha que a gente bateu muito na maternidade assim, e todos os temas que nos perpassa, né? Que é, que, que é todo esse universo, tudo que a gente, tudo que a gente faz é política, né? Tudo que envolve o cotidiano é política. Então a gente tratou de todos os temas referentes a nós e a cidade, inclusive mobilidade, inclusive moradia, inclusive a fome, né, foi uma campanha bastante transversal no que diz respeito às mulheres.

W: A gente trata, tratou a campanha com duas pautas centrais, que é, como a gente trata mandato ainda, que é a pauta pelo direito de viver e a pauta do direito à cidade, que pra gente também se relaciona. Então, pra gente foi uma campanha muito de identificação, né, e uma campanha que partia muito do fato de que, de afirmar quem a gente era naquele espaço político, né, apesar de não ter sido só isso, a afirmação do nosso, do nosso corpo existindo na política era tido como uma pauta central pra gente. É uma pauta central pra gente, na verdade, não só na campanha, mas na constituição política que a gente faz.

A entrevistada K cita como os acontecimentos políticos recentes têm incentivado as mulheres negras para a disputa política institucional. O assassinato da vereadora carioca Marielle Franco foi trazido como um marco das necessidades de renovação da política.

K: E assim, a escolha, digamos assim, pra eu ser candidata em 2018, foi uma escolha coletiva, né, a gente primeiro decidiu o que a gente queria enquanto política pra depois indicar um nome (...) E a gente começou a pensar a política pras mulheres, ah a gente quer defender isso, a gente quer defender legalização do aborto, pronto, vamo defender! Entendeu? Tipo aquela coisa assim, vamo defender nossas pautas, ninguém fala das pautas, a gente vai falar, vamo defender ali pautas polêmicas, vamo defender a vida das mulheres, vamos pautar a questão combate ao feminicídio, violência doméstica, vamos focar na política para as mulheres pra câmara federal, né, pra câmara de deputados. E depois de muito formular a política que a gente foi pensar um nome, que a gente foi pensar: e agora quem vai apresentar nossa política? Quem vai ser essa figura que vai representar essa política que nós estamos aqui pensando coletivamente. Isso é muito bacana, porque aí já mostra muito essa originalidade né, essa questão mesmo de a gente pensar o projeto político e pensar seguro, e não querer uma figura e depois adaptar ela ao que vai ser apresentado, né. Então aí a gente começou a pensar, pensamos vários nomes, a fulana, a ciclana, não sei quem, vamo pensar quem vai ser. Eu já tinha botado meu nome a disposição desde a eleição de 2016 pra vereadora, né, mas foram feitas outras opções de candidaturas, e eu sempre tive muita disposição, né, de estar nesses espaços, né, de ser porta voz desse projeto coletivo. Então aí nós conversamos, né, fizemos várias reuniões, pra debater, pra analisar, quem seria esse perfil, e principalmente depois do assassinato da Marielle, a gente percebeu que não tinha como ser um perfil diferente do perfil do que era Marielle, então nós chegamos à conclusão que o perfil da nossa candidata de 2018 tinha que ser o perfil de uma mulher negra, se possível LGBT, mas que principalmente tivesse uma identidade enquanto classe trabalhadora, periferia, luta dos mais pobres e aí eu com todos meus marcadores acabei sendo essa pessoa né, que ia ser porta voz desse projeto político.

A campanha de 2020 foi marcada sobretudo pelo uso massivo das redes digitais. A entrevistada K fala da necessidade imposta de “disputar rede social”. Já Z, afirma que 50% da campanha se deu de forma digital, por meio de lives, conversas, reuniões - “eu dormia, acordava, com o celular na mão, amamentei muito com o celular na mão”. A compreensão da

segmentação do público nas redes sociais também fez parte da estratégia de atuação combinada também com o tempo de televisão.

W: Instagram tem uma diferença abissal pro meu Facebook. O meu Instagram de 18 a 24 anos, a mais 60%/70% de mulheres. Então, a maioria são mulheres, e são pessoas muito jovens. E o meu Facebook é e pessoas de 35 anos pra cima e que falam uma outra linguagem, tanto que a gente usa linguagens diferenciadas nas redes sociais. E nas ruas a gente teve uma adesão muito grande de trabalhadores e trabalhadoras, né. De que, por exemplo, tive basicamente tive a mesma quantidade de votos que eu tive nos bairros do centro, eu tive nesse bairro da periferia. Então, foi bem balanceado a própria questão de classe social dentro da campanha. E assim, muita gente LGBT, por exemplo, foi um, acho um dos grandes públicos que a gente teve, porque não votava só a pessoa LGBT, mas votava a família toda, né. E a gente passou muito na televisão, né. Eu passei 7 vezes na televisão. Em 7 programas de 30 segundos. Então, foi uma diferença abissal pras outras candidaturas de mulheres, né, que eu acho que tinham 10 segundos se eu não me engano, 15 segundos, passando bem menos do que eu. E a televisão foi fundamental também pra gente, porque a gente chegava nos lugares, as pessoas já me conheciam, porque tinham me visto na televisão. E aí principalmente nos bairros de periferia.

As campanhas vitoriosas, que trouxeram discussões interseccionais para os espaços de visibilidade midiática, não se realizaram na ausência de tensões juntos dos partidos. As entrevistadas relatam os processos de negociação e disputa, atravessadas por desigualdade de gênero, nessas relações.

c) Relação e disputas com os partidos.

Um terceiro eixo que buscamos compreender acerca das trajetórias toca na decisão por disputar uma eleição e na relação com os partidos políticos de esquerda dos quais fazem parte. Duas entrevistadas disputaram em 2020 seu primeiro pleito. A entrevistada Z afirmou que seus motivos “são todos coletivos” e “não tem nenhuma perspectiva carreirista”, ela cita também a decisão como “uma tarefa a ser cumprida”. O mesmo termo é utilizado por W, ao dizer que “aceitei essa tarefa, mas é uma tarefa muito coletiva”. Novamente, a dimensão de um “nós” aparece de forma recorrente nas falas das mulheres.

A vereadora W relata como a candidatura não era um projeto anterior de vida, mas foi construída no interior do grupo político de que faz parte. Essa é uma diferença que a literatura sobre representação de mulheres tem apontado quando observada junto dos motivos dos homens. Araújo (2010) fala em “política como circunstância” e “política como um projeto”. De acordo com a pesquisa da autora, em entrevistas com parlamentares brasileiras, “o ‘poder’ não se apresentou como um desejo marcante ou como um projeto ao qual se aspirava” (ARAÚJO, 2010, p. 580). Por outro lado, “parlamentares homens assumem, de modo mais claro e direto, o ‘queria ser candidato’, ‘queria ser político’, ou seja, percebeu-se uma ‘agência’ mais efetiva sobre seu destino político” (ARAÚJO, 2010, p. 580).

A fala de W ilustra como o entendimento de um retrocesso democrático fez com que ela

construísse o lugar de candidata.

W: Nunca sonhei ser candidata, nunca fez parte dos meus sonhos, sempre quis ser arquiteta urbanista, sempre quis ser professora/pesquisadora (...) minha construção (...) é ser urbanista, é mais do que estar na política. E a candidatura fez parte de um processo de organização que a gente fez né, de organizar um grupo no estado, e da necessidade que a gente sentia para o próprio partido até, de ter candidaturas jovens e de ter candidaturas alinhadas com o projeto de sociedade que a gente defende e da necessidade principalmente da gente retomar o Brasil né. (...) E aí minha candidatura foi tecida a partir desse grupo de pessoas em julho eu acho, junho do ano passado (2020). E foi a partir disso assim, não foi uma coisa assim que eu alimentei, eu quero sonhar em fazer isso, é uma coisa que eu deseje para minha vida, nunca foi nada disso para mim. Foi uma necessidade mesmo que a gente sentia do momento que a gente estava vivendo.

Vinda de eleições anteriores a 2020, Y também narra como o entendimento de que deveria se inserir na disputa eleitoral veio após longos anos de militância. Seu relato traz ainda a recepção de seu nome pelo partido. As regras formais e informais que aproximam ou afastam as mulheres negras da competição eleitoral, a partir das dinâmicas partidárias, foram um dos pontos mencionados por todas as entrevistadas. Entre compromissos oficiais expressos pelas legendas e os embates para “defender a candidatura”, a experiência das vereadoras negras pela esquerda à Câmara de Belém em 2020 traz discussões relevantes para a subrepresentação política de minorias. A vereadora Y, ao rememorar como tomou a decisão, conta da relação entre a comunidade que já a entendia como possível representante e a relação com a sua legenda.

Y: (...) Qualquer problema me ligavam, que eu saia em defesa dos trabalhadores da enfermagem. E como profissional de saúde, na comunidade onde eu trabalhava, também vinham muito: porque você não se candidata? Né. Aí foi quando eu comecei realmente a pensar, que eu vivia defendendo os outros, vivia em passeata, vivia lutando a favor de justiça social, foi quando eu pensei em me candidatar. E aí eu vim candidata também por eu entender que eu já tinha um lastro, que eu já tinha uma história junto às comunidades, alunos, ex-alunos, professores, enfermeiros, técnicos de enfermagem. Então eu vi que eu já tinha uma possibilidade. E no partido, na minha tendência não fortaleceram. *Mas por que que tu queres vir candidata?* Aí puxaram uma reunião da executiva da tendência e eu fui defender a minha candidatura. (...) Em dois mil e doze isso. Dois mil e onze. E aí, eu defendi minha candidatura. Eu tinha toda uma trajetória. E aí eu vim candidata, mas não vim como prioridade. Então eu não recebi tostão. Então eu fiz uma campanha baseada no apoio dos amigos, e do meu companheiro, e cinco pessoas indo para a rua fazendo campanha.

A vereadora Z afirma que sua eleição foi viabilizada pela estrutura partidária que cumpre a legislação a respeito dos 30%. Segundo ela, “já é um debate bem maduro, bem encaminhado, embora o partido seja uma parte da sociedade, logo uma estrutura machista patriarcal de qualquer maneira”. Continua afirmando que “esse incentivo para nós já é lei interna, digamos assim, né. Então, ele é cumprido”, mas ressalta que a disputa “nunca é em pé de igualdade”.

A entrevistada W afirma que a relação interna com o partido foi muito conflituosa no momento da definição das candidaturas. Ao perguntarmos se ela sofreu algum tratamento diferente, como mulher negra, nesse momento de definições, a vereadora respondeu:

W: Tratamentos diferentes eu chamaria de perseguição, mas, é, foi assim, foi um espaço complicado. (...) E foi muito complicado pra gente a campanha eleitoral em Belém, muito complicado assim mesmo, todas as coisas que a gente fez foram coisas que a gente teve que, enfim, despende muito tempo e muita energia, assim, desde passar o nosso comercial na TV, desde ter sido tida como uma das prioridades, né? Que eu fui uma das prioridades do partido. Mas inicialmente a executiva do partido queria me colocar entre uma pessoa que ia ter de 0 a 200 votos que eu não tive essa quantidade de voto nem pro Centro Acadêmico. Mas foi um espaço, assim, de muito enfrentamento, por parte principalmente do presidente do partido.

As entrevistadas com recorrência citaram em seus discursos quais eram os nomes de maior prioridade nos partidos para eleição à Câmara, todos brancos e majoritariamente homens. De acordo com Araújo (2005, p. 212) “o recrutamento partidário com vistas à competição eleitoral, isto é, a construção e definição de candidaturas, são mediadas por padrões e perfis eleitorais já testados e/ou com capital eleitoral capazes de estar efetivamente na competição”. Isso se expressou nos embates trazidos por três das quatro entrevistadas e a experiência de K, tendo 2020 como segunda disputa, reflete criticamente esse debate já presente na literatura.

K: Vou ser bem sincera assim, porque, existe na verdade uma diferença, entre o que foi a eleição de 2018 e o que foi a eleição de 2020, né. Até 2018 eu era uma figura do ponto de vista da política institucional, desconhecida, né, eu nunca tinha sido candidata, nunca tinha sido “testada” como a gente costuma falar, né, politicamente em relação a eleição. Então, não houve grandes incentivos por parte do partido no sentido de uma, de potencializar, de dizer assim “essa aqui a gente vai jogar a ficha nela”... tô falando no conjunto do partido né, que é bem amplo (...) como se já existia um deputado que ia se reeleger então a maior parte da atenção da eleição foi dada pra reeleição (dele). Só que aí tem um detalhe bem interessante, por conta da reserva de recurso destinada a mulheres, né, como o partido cumpre isso muito bem, cumpre isso de fato, repassar o recurso financeiro às mulheres, dividir o tempo de TV de forma que contemple a cota de mulheres, então assim, isso é muito bem cumprido (...) então acabou que eu ganhei vantagens entre aspas, que não é vantagem né, eu usufrui de um direito por ser, por ter vários marcadores que tavam contemplados nas cotas.

A entrevistada cita como o investimento em 2018 refletiu nos votos em 2020 e a necessidade ter sido posta “à prova”.

K: Em 2020, eu já era conhecida né, por eu ter tido uma votação bem expressiva (...) então já foi um pouquinho diferente o trato. Por quê? Porque aí já se sabia que existia um potencial eleitoral grande, um potencial que tinha condição né, de dar certo, de emplacar em 2020 (...) Então já se tinha o entendimento que talvez se conseguisse uma votação expressiva em 2020, então aí já se teve uma prioridade, né. Então o que que eu tiro de conclusão disso né, *pra* nós mulheres, a gente precisa muito provar que a gente vai conseguir resultados pra que a gente possa de fato ter uma certa atenção. Porque tem várias figuras que disputam a política e que não precisam provar,

né. Então eu acho que pra gente sempre é isso, assim, precisar provar que nós de fato vamos ter bons resultados eleitorais, que nós de fato vamos conseguir ter essa, esses resultados, digamos assim, é resultado a palavra né, esse resultado. Antes de 2018, só uma observação já que tá muito no tema, também se tinham muitas disputas né, sobre as prioridades, e eu percebo assim que tiveram até alguns nomes do partido né que já tinham disputando eleição a muitos anos, tem algumas figuras né, em geral homens brancos héteros, já de mais idade que já vinham disputando eleições anteriores a deputado federal e que tinham até bons resultados né, que sempre estavam ali entre os mais votados (...) E sempre se tinha essa ideia de que seriam essas mesmas caras que iam compor, digamos assim, o rank dos mais votados. (...) então isso com certeza foi muito bom, isso repercutiu de uma forma que as pessoas passaram a entender, né, que não necessariamente vai ser sempre como sempre foi.

Os relatos das entrevistadas corroboram o que a literatura feminista na política discute acerca das regras informais que “explicam” a seleção ou a ausência das mulheres como competidoras eleitorais. No caso das mulheres negras entrevistadas, o entendimento como “apostas” frente aos sujeitos políticos tradicionalmente eleitos foi atravessado por divergências e por uma necessidade de provar que são candidatas legítimas de fato, de forma diferente do que ocorre com os homens, ou nas palavras de K - “ tem várias figuras que disputam a política e que não precisam provar”.

4 Considerações finais

Este artigo, a partir de uma perspectiva qualitativa-descritiva, analisou as experiências de mulheres negras eleitas para a Câmara Municipal de Belém na eleição de 2020, por partidos de esquerda. Por meio de entrevistas em profundidade com três eleitas e uma suplente empossada, buscamos compreender três eixos principais: a atuação prévia, a campanha de 2020 e a relação com os partidos políticos.

A literatura sobre gênero e raça na política, discutindo criticamente a representação, ancora nossa reflexão teórica especialmente a partir da concepção de Nancy Fraser de que sociedades justas se fazem a partir de paridade de participação. Nesse sentido, a escolha detida por mulheres à esquerda dialoga com achados anteriores da academia feminista brasileira sobre tais legendas serem mais permeáveis à entrada e eleição de mulheres.

Os achados desta investigação explicitam as trajetórias prévias das eleitas, notadamente marcadas por compromissos de atual coletiva, especialmente junto a movimentos estudantis. As entrevistas desvelam também a potência da construção teórico-crítica do feminismo negro na formação dessas mulheres e a forma como interpelam concepções mais individualistas de luta. A campanha de 2020, por sua vez, construída em um contexto de pandemia, trouxe pautas que dialogam com essa formação prévia e teve nas redes sociais digitais um espaço fundamental. Por fim, as disputas internas com os partidos que integram revelam as dificuldades e as desigualdades que atravessam a vivência política das mulheres no cenário de disputa eleitoral e como é importante que a política de cotas de fato seja efetivada pelos partidos. Os relatos sobre

ser ou não uma “aposta” ou ser vista com ou sem “chances” demonstram a necessidade de mais estudos para a compreensão do percurso vivenciado por mulheres negras até o sucesso eleitoral.

Referências

ÁLVARES, Maria Luzia Miranda. Mulheres brasileiras em tempo de competição eleitoral: seleção de candidaturas e degraus de acesso aos cargos parlamentares. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 51, p. 895-939, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/dados/a/NSTZHR6nhF4PfNDhS6s6mwr/?lang=pt>. Acesso em: 23 out. 2021.

ARAÚJO, Clara. Partidos políticos e gênero: mediações nas rotas de ingresso das mulheres na representação política. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v.24, p. 193-215, 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsocp/a/tGtdSWCqjLRJX4cSsLDHfdb/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 12 out. 2021.

ARAÚJO, Clara. Rotas de ingresso, trajetórias e acesso das mulheres ao legislativo: um estudo comparado entre Brasil e Argentina. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 18, p. 567-584, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/yChSjwCc8kB556HHVbHyVMQ/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 03 ago.2021.

ARAÚJO, Clara Maria de Oliveira; BORGES, Doriam. Trajetórias políticas e chances eleitorais: analisando o "gênero" das candidaturas em 2010. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 21, p. 69-91, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsocp/a/gCsTkrpnNvqRJBWM7Mgyptt/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 23 out.2021.

BIROLI, Flávia. **Gênero e desigualdades: limites da democracia no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2008. 252 p.

BRITO, Fagner Rosário. **Legislativo Municipal: Análise da relação entre os Poderes Executivo e Legislativo do município de Belém-Pará nas legislaturas de Hélio Gueiros (1993-1996), Edmilson Rodrigues (1997- 2000) e Duciomar Costa (2005-2008)**. 2019. Monografia (Graduação em Ciências Sociais) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2019.

CAETANO, Bruno. Executivo e Legislativo na esfera local. Agendas e construção de maiorias na Câmara Municipal de São Paulo. **Revista Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, v. 1, n. 71, p. 100-125, mar. 2005.

CAMPOS, Luiz Augusto; MACHADO, Carlos. **Raça e eleições no Brasil**. Porto Alegre: Ed. Zouk, 2020. 168 p.

CONRADO, Mônica. et.al. Metáforas da cor: morenidade e territórios da negritude nas construções de identidades negras na Amazônia paraense. **Afro-Ásia**, Salvador, n. 52, p. 213-246, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/afroasia/article/view/21886>. Acesso em: 8 nov. 2021.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. São Paulo: Boitempo, 2021. 288 p.

FIGUEIREDO, Argelina C.; LIMONGI, Fernando. **Executivo e Legislativo na nova ordem constitucional**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999. 231 p.

FRASER, Nancy. **Escalas de Justicia**. Barcelona: Herder Editorial, 2008. 296 p.

GERRING, John. **Pesquisa de estudo de caso: princípios e práticas**. Petrópolis: Vozes, 2019. 360 p.

MATOS, Marlise. A institucionalização acadêmica dos estudos de gênero e feministas na ciência política brasileira. In: AVRITZER, Leonardo et.al. (orgs). **A Ciência Política no Brasil (1960-2015)**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2016. p. 347-392.

MARQUES, Danusa. Carreiras políticas e desigualdades: elementos para uma crítica feminista do campo político. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, São Paulo, n. 95, p. 1-20, 2021. Disponível em: <https://bibanpocs.emnuvens.com.br/revista/issue/view/4>. Acesso em: 12 set. 2021.

MIGUEL, Luis Felipe; QUEIROZ, Cristina Monteiro de. Diferenças regionais e o êxito relativo de mulheres em eleições municipais no Brasil. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 14, p. 363-385, 2006. <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2006000200003> Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/vzPBqZBY8rxfJqZ5yHqXnXw/?lang=pt>. Acesso em: 03 out. 2021.

MIGUEL, Luis Felipe; MARQUES, Danusa; MACHADO, Carlos. Capital Familiar e Carreira Política no Brasil: Gênero, Partido e Região nas Trajetórias para a Câmara dos Deputados. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 58, n. 3, p. 721-747, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/dados/a/Tt9CxbWZZcc6HQQBKqhnszD/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 12 set. 2021.

MORITZ, Maria Lucia. As Vereadoras das Capitais Brasileiras: um balanço dos 20 anos da lei de cotas (1996 – 2016). **Gênero na Amazônia**, Belém, n.15, p.33-48, jan/jun. 2019. Disponível em: <http://www.generonaamazonia.com/edicoes/edicao-15/02-as-vereadoras-das-capitais-brasileiras.pdf>. Acesso em: 03 out. 2021.

REZENDE, Daniela Leandro. Desafios à representação política de mulheres na Câmara dos Deputados. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 25, p. 1199-1218, 2017. <https://doi.org/10.1590/1806-9584.2017v25n3pRezende> Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/75Qtby8g3qGZP4FrngsjHn/?lang=pt&format=html>. Acesso em: 03 out. 2021.

RIOS, Flavia; MACIEL, Regimeire. Feminismo negro em três tempos. **Labrys**, 2018. Disponível em: <https://www.labrys.net.br/labrys31/black/flavia.htm>. Acesso em: 08 nov.2021.

RIOS, Flavia; PEREIRA, Ana Claudia; RANGEL, Patrícia. Paradoxo da igualdade: gênero, raça e democracia. **Ciência e Cultura**, São Paulo, v. 69, n. 1, p. 39-44, 2017. Disponível em: http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?pid=S0009-67252017000100015&script=sci_arttext&tlng=en. Acesso em: 23 out. 2021.

SACCHET, Teresa. Capital social, gênero e representação política no Brasil. **Opinião Pública**, Campinas, v. 15, p. 306-332, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/op/a/sGMdLyGWpc7zZ98FXfQw3hz/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 03 ago. 2021.

SACCHET, Teresa; SPECK, Bruno Wilhelm. Financiamento eleitoral, representação política e gênero: uma análise das eleições de 2006. **Opinião Pública**, Campinas, v. 18, p. 177-197, 2012. <https://doi.org/10.1590/S0104-62762012000100009> Disponível em: <https://www.scielo.br/j/op/a/9dSM7QLtnYmCHfsGSWmMYmq/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 03 out.2021.

SANTOS, Fabiano. **O Poder Legislativo no Presidencialismo de Coalizão**. Belo Horizonte: Ed. UFMG - Rio de Janeiro: IUPERJ, 2003. 251 p.

SOUZA, Carlos Augusto et al. Da Avaliação Negativa à Vitória nas Urnas: Voto e Estratégias de Campanha Para Prefeito de Belém. In: LAVAREDA, Antonio; TELLES, Helcimara. **Como o Eleitor Escolhe o Seu Prefeito**: Campanha e Voto nas Eleições Municipais. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011. p. 255-280.

Artigo submetido em: 2021-11-11; Artigo reapresentado em: 2022-01-13; Artigo aceito em: 2022-03-03